



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG)

Secretaria Executiva

## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS

### Ata da 131ª reunião ordinária, realizada em 29 de agosto de 2022

1 Em 29 de agosto de 2022, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho Estadual  
2 de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), por meio de videoconferência realizada  
3 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).  
4 Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder  
5 Público Estadual: Marcelo da Fonseca, representante da Semad; Tuliana Macedo  
6 Vasconcelos, representante da Secretaria de Estado Planejamento (Seplag), Pedro  
7 D'Ângelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
8 (Seapa); Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
9 Econômico (Sede); Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de  
10 Governo (Segov); Joice Rodrigues da Cunha, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);  
11 Carlos Eduardo Sales, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra);  
12 Jonathan Luiz T. de Carvalho, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ângelo Luiz  
13 Rezende, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais (Secult); Carlos Alberto Valera, do  
14 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do Poder Público  
15 Municipal: Maria Eduarda de Moraes Lana, da Prefeitura de Itabirito; Eduardo Machado  
16 de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da  
17 Prefeitura de Betim; Josias Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura de Araçuaí; Francianny  
18 Maria de Paula Souza, representante da Prefeitura de Viçosa; Paola de Oliveira Silva, da  
19 Prefeitura de Santa Bárbara; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de  
20 Patrocínio. Maria Eduarda de Moraes Lana, representante Prefeitura de Itabirito, Sidney  
21 Jose da Rosa, representante da Prefeitura de Itapeva. Representantes dos Usuários de  
22 Recursos Hídricos: Lucas Pereira Rocha, do Departamento Municipal de Água e Esgoto de  
23 Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais  
24 (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
25 (Copasa); Guilherme da Silva Olivera, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado  
26 de Minas Gerais (Faemg); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado  
27 de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração  
28 (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa  
29 (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas  
30 Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas  
31 Especializadas do Estado de Minas Gerais – Peixe MG; Francisco de Assis Lafetá Couto, do  
32 Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da Sociedade Civil ligada aos Recursos Hídricos:  
33 José Hermano Oliveira Franco, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo  
34 Mineiro (Angá); Maria Teresa de Freitas Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas;  
35 Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Tales Heliodoro

36 Viana, do Conselho Regional de Biologia (CRBio 4ª Região); Marcos Temponi, do Conselho  
37 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG); Décio Antônio Chaves Beato,  
38 representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS/MG), Valter Vilela  
39 Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz  
40 Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); André Luís Teixeira Fernandes,  
41 da Universidade de Uberaba (Uniube) e Fernando Colen, do Instituto de Ciências Agrárias  
42 da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG). O Presidente Marcelo da Fonseca,  
43 após constatado o quórum, comunica que foi designado por meio de memorando para  
44 presidir a reunião, diante da ausência da Presidente, Secretária Marília Carvalho de Melo.  
45 Na sequência convida a todas para ouvirem a execução do Hino Nacional. Assuntos em  
46 pauta. Item 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL. Executado o Hino Nacional Brasileiro.  
47 [Executado]. **Item 2) Abertura pela Presidente do Conselho Estadual de Recursos**  
48 **Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG e Secretária de Estado de Meio Ambiente e**  
49 **Desenvolvimento Sustentável, Presidente Marcelo da Fonseca:** “Boa tarde a todos os  
50 Conselheiros do Conselho Estadual de Recursos hídricos, iniciando a nossa centésima  
51 trigésima primeira reunião extraordinária do Plenário do Conselho Estadual de Recursos  
52 Hídricos, realizada no dia 29 de agosto de 2022, às 13 horas”. Na sequência. **3.**  
53 **COMUNICADO AOS CONSELHEIROS. Presidente Marcelo da Fonseca:** “Dando sequência  
54 a nossa reunião, pergunto aos conselheiros se há algum comunicado. Não havendo,  
55 vamos ao próximo item de pauta.” **4. Exame das Atas da 128ª RE do CERH-MG de**  
56 **30/06/2022 e da 129ª RE de 21/07/2022. Presidente Marcelo da Fonseca:**  
57 “Antecipadamente, já retiro de pauta a ata da reunião a 129ª Reunião Extraordinária, do  
58 dia 21/7, a pedido da Secretaria Executiva. Com relação a ata da 128ª RE do Conselho  
59 Estadual de Recursos de Minas Gerais, realizada no 30 de junho de 2022, pergunto aos  
60 conselheiros se há alguma consideração.” Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo  
61 (Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas): “Eu tenho algumas considerações. Na linha 59,  
62 onde se lê ata, leia-se ADA, Área Diretamente Afetada. Na linha 61, após a palavra  
63 ‘queria’, deve-se constar ‘me manifestar’ e retirar ‘o que’ e acrescentar ‘me’. No final da  
64 mesma linha 61, colocar um ‘ponto’ depois de Recursos Hídricos, pois o ‘É’ é o início de  
65 uma frase. Na linha 800, colocar uma ‘vírgula’ depois do termo caminhada. Na linha 806,  
66 onde se lê ‘claras’, leia-se ‘clara’. Na linha 807, colocar um ‘ponto’ após a palavra  
67 territórios e iniciar a próxima oração com letra maiúscula. Na linha 1.241, onde se lê  
68 ‘santidades’, leia-se, entidades. Na linha 1242, depois da palavra ‘organizada’ deve-se  
69 colocar um ‘ponto’ e alterar o trecho seguinte para ‘Terão que apresentar...’. Na linha  
70 1.255, onde se lê ‘acabou-se’, leia-se ‘arcabouço’. No final da linha 1.269, onde se lê ‘aqui  
71 em falta’, leia-se ‘aqui em pauta’. Na linha 1293, onde se lê ‘de fundamentos quem  
72 balizam’, leia-se ‘de fundamentos que balizam’. Na linha 1.452, acrescentar ‘a’, após este  
73 conselho. Na página 1.453, retirar o primeiro ‘a’ da linha. Na linha 1.473, após a palavra  
74 ‘resposta’, deve-se constar: ‘que for dada’. Na linha 1.474, após a palavra ‘parecer’,  
75 acrescentar uma vírgula e de onde se lê ‘treinamento’, leia-se ‘posicionamento’. Na linha  
76 1.702, após a palavra Regimento, onde se lê ‘que’, leia-se ‘quem’ e no final da frase, onde

77 se lê 'naquilo que é afeto', leia-se 'é afeto'. Somente isso". Presidente Marcelo da  
78 Fonseca: "Obrigado conselheira. Próxima inscrita, conselheira Verônica." Conselheira  
79 Verônica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): "Boa tarde. Eu só queria ver se haveria  
80 possibilidade quando houver inversão de pauta, da ata ser elaborada na ordem. É porque  
81 eu fui acompanhando a reunião e foi difícil achar as minhas falas na ata. A primeira  
82 alteração é na linha 1.509, onde se lê 'revista pela AGE', leia-se, 'revisto pela AGE'. Na  
83 linha 1538, onde se lê 'discutido', leia-se 'discutida'. Na linha 1540, onde se lê 'evoluindo',  
84 leia-se 'evoluir'. Na linha 1.707, onde se lê 'já estou aqui, já algumas', leia-se, 'já estou  
85 aqui, há algumas'. Na linha 1.711, onde se lê 'então não é o foro para', leia-se, 'então não  
86 é o momento'. Na linha 1.715, onde se lê 'utilizam', leia-se 'utilizem'. Na linha 1.720, onde  
87 se lê 'formado por', leia-se 'formado'. São somente estas alterações." Presidente Marcelo  
88 da Fonseca: "Obrigado conselheira. Próximo inscrito, conselheiro Pedro". Conselheiro  
89 Pedro D'Ângelo Ribeiro (Seapa): "Boa tarde a todos, boa tarde Marcelo. Essa foi uma ata  
90 bem longa, uma reunião muito longa e eu falei bastante nessa reunião. Mas, vamos  
91 começar aqui pela linha 479, onde se lê, 'Plenário do CNH', leia-se 'Plenário do CERH-MG'.  
92 Na linha 896, onde se lê 'pode ser considera', leia-se 'pode ser considerado'. Logo em  
93 seguida, onde se lê 'compara', leia-se 'comparado'. Na linha 911, onde se lê, 'Plenário do  
94 CNH', leia-se 'Plenário do CERH-MG'. Na linha 915, onde se lê 'aprovar ou reprovar a  
95 liberação', leia-se 'aprovar ou reprovar a deliberação'. Na linha 2.181, onde se lê  
96 'Rendimento interno ', leia-se, 'Regimento Interno" e na linha 2181, onde se lê  
97 'principalmente pelo adiantar', leia-se 'principalmente pelo adiantado'. São somente  
98 estas considerações. Muito obrigado." Presidente Marcelo da Fonseca: "Obrigado  
99 conselheiro. Conselheiro Sidney Jose da Rosa (Prefeitura de Itapeva): "Boa tarde a todos.  
100 Eu queria fazer uma sugestão aqui Marcelo, considerando que a ata é enviada para nós  
101 conselheiros com certa antecedência, e desta forma, não teria como, quando lermos a  
102 ata, notando alguma inconsistência ou alguma incoerência na ata enviar isso direto para  
103 Secretaria Executiva, para que durante a reunião a gente não fique fazendo essas  
104 correções ortográficas, essas correções desse cunho, aqui na reunião. Não vamos chamar  
105 de perda de tempo, pois isso faz parte do contexto, mas para gente adiantar as coisas.  
106 Então eu pergunto se a partir do momento que o conselheiro fizer a leitura da ata, se ele  
107 notar alguma inconsistência, que ele possa encaminhar essa inconsistência diretamente  
108 à Secretaria Executiva para que sejam feitas alterações, antecipadamente, seria  
109 possível"? Presidente Marcelo da Fonseca: "Sim! Alguns conselheiros inclusive já adotam  
110 esta prática, mas independentemente de ser enviado previamente, aqui também  
111 havendo alguma outra questão, podem utilizar da palavra para poder fazer os pedidos de  
112 adequações. Esta sua sugestão vem num ótimo momento, porque permite maior  
113 agilidade das nossas reuniões sem gastar um tempo com esse trabalho de correção".  
114 Obrigado, mais alguém tem outras considerações? Não havendo, seguimos para a  
115 votação da aprovação dessa ata, com as devidas alterações". APROVADA, por 26 votos  
116 favoráveis, 3 abstenções e 11 ausentes. **Votos favoráveis:** ABAS/MG; ABES/MG; Atragel;  
117 Cemig; Copasa; CREA/MG; FAEMG; FIEMG; IABr; Ibram; ICA-UFMG; Instituto Guaicuy;

118 MPMG; Peixe-MG; Prefeitura de Araçuaí; Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de  
119 Itapeva;; Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de Santa Bárbara; Seapa; Secult; SEDE; SEE;  
120 Segov; Semad; Seplag e Uniube. **Abstenção:** Prefeitura de Betim (justificativa: Não  
121 participou da reunião); Prefeitura de Itabirito (justificativa: Não participou da reunião ) e  
122 SES (justificativa: Não participou da reunião). **Ausentes no momento da votação:** Angá;  
123 CRBio-04; DMAE; Uberlândia; MOVER; Prefeitura de Rio Pomba; Prefeitura de São João  
124 do Manteninha; Prefeitura de Viçosa; Seinfra; Siamig e UFU. Na sequência. **Item 5. Plano**  
125 **Diretor de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios do Leste - PDRH Leste,**  
126 **para exame e aprovação. Apresentação: Gerência de Planejamento de Recursos**  
127 **Hídricos/IGAM e Profill Engenharia e Ambiente S.A. APROVADO por 30 votos**  
128 **favoráveis, 2 abstenções e 8 ausentes no momento da votação. Votaram favoráveis:**  
129 ABAS/MG; ABES/MG; Abragel; Cemig; Copasa; CRBio-04; CREA/MG; DMAE Uberlândia;  
130 FAEMG; FIEMG; IABr; Ibram; ICA-UFMG; MOVER; Peixe-MG; Prefeitura de Araçuaí;  
131 Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Betim; Prefeitura de Itabirito; Prefeitura de  
132 Itapeva; Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de Santa Bárbara; Seapa; Secult; SEE; Segov;  
133 Semad; Seplag; SES; Siamig; **Abstiveram:** Instituto Guaicuy (justificativa: o embasamento  
134 dessas áreas de restrição deveria ser considerada no Plano diretor e que a legislação já  
135 existe desde 2015) e MPMG (justificativa: Ato 02 da Corregedoria Geral do MP). **Ausentes**  
136 **no momento da votação:** Angá; Prefeitura de Rio Pomba; Prefeitura de São João do  
137 Manteninha; Prefeitura de Viçosa; SEDE; Seinfra; UFU e Uniube. Início das discussões.  
138 Presidente Marcelo da Fonseca: “Antes de iniciar as discussões, só colocando que  
139 possivelmente vocês podem ter estranhado esse item ter sido colocado para aprovação  
140 deste Plenário, mas essas bacias não possuem Comitês de Bacia, razão pela qual vêm para  
141 o Conselho a aprovação dos instrumentos, na respectiva área. Pergunto aos senhores se  
142 há algum destaque para esse item ou se é a gente pode votar”. Conselheiro Carlos Alberto  
143 Valera (MPMG): “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, solicito um esclarecimento. Eu  
144 tive a cautela de ler estudo, aliás muito bom, e na oportunidade parabenizo a equipe  
145 técnica. Mas, mais uma vez nós do Ministério Público estamos preocupados com o  
146 cumprimento do artigo 7º, inciso 10, da Lei Federal nº 9.433/97, que determina que o  
147 Plano de Bacia traga áreas de uso restrito para segurar a quantidade a qualidade do  
148 recurso hídrico. Eu confesso que talvez seja minha limitação, mas eu não achei essa  
149 informação no plano. E as minhas perguntas são: isso foi objeto do termo de referência?  
150 Houve omissão da empresa nesse ponto ou se o termo de referência de fato não trouxe  
151 esse ponto? E ainda, para ajudar a descrição, eu não sei se os colegas conhecem, há uma  
152 publicação do colega Leonardo de Castro Maia, do MPMG, sobre essa situação específica.  
153 Então eu gostaria de ser esclarecido sobre esses pontos, senhor Presidente. Muito  
154 obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Carlos Valera. Eu vou passar a  
155 palavra para o Allan, que é Gerente de Planejamento E Recursos Hídricos - DPLAN, que  
156 pode esclarecer”. Allan de Oliveira Mota (DPLAN/Igam): “Obrigado Marcelo, boa tarde a  
157 todos. Doutor Valero, tem sim, o termo de referência trouxe a sua indicação. O plano do  
158 Leste faz uma análise sobre o tema, aqui a gente tem esse caso peculiar, são bacias que

159 não são circunscrições hidrográficas, portanto não têm Comitê de bacia e por isso há  
160 alguns limites de atuação. Lembrando que são áreas muito pequenas, a maior dessas  
161 bacias é o Itabapoana, pega poucas áreas municípios, não um município inteiro e lembro  
162 que esse estudo que o Senhor comentou, nós o utilizamos no trabalho que está sendo  
163 feito pelo Conselho Estadual, de elaboração da Deliberação Normativa, que atua sobre as  
164 áreas sujeitas a restrição de uso. Esse trabalho ainda para Câmara Técnica de  
165 Planejamento (CTEP) e depois vai para a Câmara Técnica de Regulação (CTER). E ainda  
166 tem um trâmite para ser feito, ela vai ser apresentada em breve, pelo grupo de trabalho  
167 que atuou. Com base nessa nova deliberação, nós vamos ter condições de avançar no  
168 tema. Hoje o que a gente tem a esse termo que é um pouco amplo né de áreas sujeitas a  
169 restrição de uso, que deixou muito aberto. Eu vou passar para o Vinícius que é o nosso  
170 técnico da Perfil, que participou do estudo junto com toda a equipe e junto com Carlos,  
171 coordenador, para que ele possa falar um pouco sobre essa parte específica das áreas de  
172 restrição, nesse trabalho”. Vinicius Motenegro (Perfil): “Olá boa tarde a todos são um  
173 prazer estar participando aqui do Conselho. Boa tarde a todos Conselheiros. De fato, para  
174 algumas bacias que a gente não teve o apoio do Comitê de Bacia ao longo do processo, a  
175 abordagem acaba ficando mais difícil. Nós optamos por seguindo a indicação de alguns  
176 estudos que já haviam sido realizados para a laboração do processo, abordamos o âmbito  
177 de algumas áreas que são indicadas para que sejam feitas ações prioritárias e de restrição  
178 de uso da água, principalmente focado. Nos locais em que o balanço hídrico é um pouco  
179 mais crítico, nós temos algumas áreas identificadas com ponto crítico e a gente fez essa  
180 identificação pormenorizada por trecho de rio, para conseguirmos apontar via  
181 modelagem matemática, quais são os trechos de rio tem o balanço mais crítico e,  
182 obviamente, isso aparece de forma mais detalhada principalmente no relatório de  
183 diagnóstico a gente aborda também algumas questões ligadas mais para bacias da parte  
184 sul, principalmente do Itabapoana, locais onde tem problemas sérios de risco de  
185 inundação e alguns problemas drenagem, às quais precisam de uma atenção maior. E  
186 também a gente a bota do ponto de vista do estudo de áreas prioritárias para a  
187 conservação, é um estudo recente de Minas, a gente já atualizou durante o andamento  
188 do processo, o estudo não aparece no diagnóstico concluído em 2019, mas já no plano de  
189 ação a gente apresenta esse dado das áreas prioritárias para conservação de ecossistemas  
190 em Minas Gerais. Então ele está abordado a partir principalmente há três aspectos e  
191 como já falado, esperamos uma regulamentação a mais assertiva para que possamos  
192 avançar o tema aí na região. Então é essa a forma como ele foi abordado no plano”.

193 1:47:00 Conselheiro Carlos Alberto Valera (MPMG): “Obrigado pelas respostas, Alan e  
194 Vinicius, mas esclareçam por favor. Enquanto o Estado não deliberar sobre a aprovação  
195 desta Deliberação Normativa, não teremos ações concretas para definir áreas de uso  
196 restrito no Estado? Isso nos preocupa sobremaneira. Essa discussão já dura muito tempo,  
197 Presidente Marcelo, nós já discutimos esse assunto muitas vezes e eu como trabalho em  
198 uma região que tem muito conflito pelos de recursos hídricos, que é o Triângulo Mineiro  
199 e o Alto Paranaíba, isso nos preocupa muito, então eu queria saber assim que ‘pé que

200 está' a discussão, se vai ser efetiva e quais são as ações. Eu confesso que até usei a  
201 ferramenta de busca nos dois arquivos que foram encaminhados e em nenhum deles eu  
202 achei essa questão. Se está no relatório diagnóstico, depois eu gostaria de receber. Eu  
203 acho que independentemente se tem uma DN ou não, está expressamente no texto da  
204 Lei Federal e nós temos que avançar independentemente. Eu queria saber se existe  
205 alguma proposta concreta para essa bacia, com todas essas peculiaridades que foram  
206 postas. Obrigado por todas as informações". Presidente Marcelo da Fonseca: "Doutor  
207 Carlos Valera, esse trabalho já vem sendo realizado há algum tempo, é uma  
208 regulamentação deste Conselho, o Professor Sylvio que está aqui conosco na reunião,  
209 inclusive está com alguma dificuldade de manifestar na sua comunicação, mas ele me  
210 mandou aqui uma mensagem pelo WhatsApp, ele é o relator do grupo de trabalho, que  
211 curtiu a proposta. Ele se comprometeu aqui levar essa discussão para a próxima reunião  
212 do CETEP. Então esse é o primeiro passo para que a gente possa seguir com a deliberação,  
213 e decorrente da ausência de regulamentação, em que pese a relevância do tema, a gente  
214 tem uma dificuldade de e nos termos de referência, para as equipes possam é delinear  
215 essas áreas sem os critérios objetivos daqui deste conselho. Então na próxima reunião do  
216 CETEP vamos pautar esse relatório e seguiremos a tramitação aqui neste conselho para  
217 deliberar sobre a as áreas de restrição de recursos hídricos". Allan de Oliveira Mota  
218 (DPLAN/Igam): "Eu gostaria de complementar que já tem indicação, trazendo estudo que  
219 o IEF fez, de áreas prioritárias, temos também a indicação das unidades de conservação,  
220 boa parte dos planos anteriormente temos o levantamento, que trabalhando junto com  
221 Doutor Leo, acerca da indicação dessas áreas, nessa linha de trabalho, que era o que se  
222 tinha de possibilidade tendo em vista a não regulamentação anterior. Agora, com esse  
223 estudo já bem adiantado, acredito que agilizar com a realização da próxima reunião da  
224 CTEP, conforme o Marcelo colocou, teremos indicações muito boas. Eu particularmente  
225 achei o estudo do grupo que que acompanhou muito bom, acredito que vamos avançar  
226 muito. Há uma participação intensa de vários setores, inclusive eu queria parabenizar a  
227 equipe que montou essa minuta, realmente foi um trabalho muito interessante, todos  
228 debruçados sobre a minuta, que vem junto com o relatório, no qual aborda os temas  
229 tratados e apontados como possíveis de restrição de uso, vão estar descritos neste  
230 relatório. Realmente muito bom! Então logo teremos novidades". Conselheiro Carlos  
231 Alberto Valera (MPMG): "Depois eu faço contato direto com o Professor Sylvio, até para  
232 ter acesso à minuta, na condição de suplente da colega Carolina. Só para ver se vocês  
233 levaram em consideração só a zona rural, mas também a zona urbana, visto que é um  
234 problema que nos preocupa também sobremaneira, o uso e ocupação, pois alguns dos  
235 mananciais que são de uso e abastecimento público. Gostaria de saber se também está  
236 no radar do grupo de trabalho. Muito obrigado a todos pelos esclarecimentos". Allan de  
237 Oliveira Mota (DPLAN/Igam): "Está no radar sim, as concessionárias participaram de uma  
238 discussão muito boa e aqui nesse trabalho também, que foi muito a fundo, foi sentar em  
239 várias reuniões específicas com setor de saneamento até encontrar essas informações  
240 específicas". Vinicius Motenegro (Perfil): "Só para completar, nós temos uma ação do

241 plano de ação específica, para discutir a estação de uso. Como não temos comitês  
242 acompanhando o processo, a gente optou por deixar uma ação específica para que se  
243 discuta a criação das áreas, que específica para criar a área de restrição de uso. Os outros  
244 planos que fizemos junto com os comitês, ficamos mais à vontade para apontar locais  
245 mais específicos, principalmente porque a gente está fazendo enquadramento também.  
246 Então eu acho que essa questão de ‘se o tema foi ou não bordado no plano’ e se tem uma  
247 ação para isso, posso afirmar que de fato ele está, tem uma ação dentro plano, a 5.4.4,  
248 só para esclarecer que de fato tem uma ação no plano que trata disse assunto. Obrigado”.

249 Conselheira Maria Tereza de Freitas Corujo (Instituto Guaicuy): “Eu queria saber se esse  
250 plano diretor, considerando que foi afirmado a questão de parâmetros e diretrizes para  
251 estabelecer essas áreas tão importantes, porque na realidade é algo que já deveria ter  
252 sido dado prioridade, até para garantir a segurança hídrica de muitos territórios, postando  
253 que está bem avançado não seria mais lógico e sensato então baixar em diligência e  
254 aguardar essa definição, para que esse Plano Diretor de Recursos Hídricos referentes a  
255 essas bacias hidrográficas, mesmo pequenas, ainda mais sem comitê de bacia para  
256 representa-las, já fosse um plano realmente contemplando algo que é uma grande  
257 demanda, importante para a segurança hídrica em Minas Gerais. Existe alguma normativa  
258 que estabeleça que é urgente, que necessite ser aprovado hoje? São perguntas que eu  
259 faço para realmente trazer essa questão, que eu tenho usado a expressão ‘inversão de  
260 ordem’, nós estamos tratando no Plano Diretor, o qual, a partir do momento que estiver  
261 concretizado como normativa, regerá a gestão desse território hídrico. Estando na ação,  
262 criar áreas de vedação, isso não vai ser um instrumento por exemplo adequado para, se  
263 houver algum tipo de situação específica neste território, haver um olhar dizendo: olha  
264 aqui não pode, porque isso é uma área que tem este tipo de restrição. Então nós estamos  
265 invertendo a ordem. Não é a primeira vez que eu trago esta questão, quero dizer, se  
266 estudos são fundamentais, são pré-requisitos para você fazer gestão hídrica, se tem algo  
267 que está pronto, definido, esse plano específico não seria sensato, adequado e  
268 legalmente correto, ser postergado para logo a seguir? Dessa forma tudo o que foi feito  
269 até agora pela consultoria, a partir dessas normativas estabelecida, já contemplaria e nós  
270 teríamos então, quem sabe, um plano de recursos hídricos, a partir dessas normas  
271 determinadas. Eu estou sugerindo que seja baixado em diligência para aguardar a  
272 definição destes parâmetros, há tanto tempo demandados”. Presidente Marcelo da  
273 Fonseca: “Conselheira, antes de passar para o Allan, a gente tem que levar em  
274 consideração ou o ato não é o processo que foi contratado. Esse é o penúltimo plano  
275 precisa ser aprovado no Estado, para que a gente tenha 100% das nossas bacias  
276 hidrográficas com planos diretores. Todos os demais seguirão a mesma metodologia e ao  
277 longo desse período, e na oportunidade quero aqui, parabenizar a equipe do Igam, na  
278 pessoa do Allan, que a gente tem avançado significativamente neste instrumento de  
279 planejamento tornando ele mais objetivo, mais próximo da realidade e o que a Senhora  
280 coloca de aguardar a conclusão dos estudos, primeiro, a empresa está contratada, não foi  
281 objeto do termo de referência, então ela não tem aí o compromisso de incorporar isso, e

282 eu pedi ao Professor Sylvio, pois ele é o relator do grupo, ele já está aqui conosco, a gente  
283 tem uma discussão há algum tempo e não conseguimos concluir a tempo de incluir nos  
284 planos de bacia. Mas, os planos de bacia não são estáticos, muito pelo contrário, eles têm  
285 uma previsão de atualização periódica e à medida que toda a metodologia que foi  
286 aprimorada ao longo desse período e as novas normativas, diretrizes deste conselho, na  
287 medida que esses planos passarem para o processo de revisão, essas diretrizes serão  
288 incorporadas. Então não há como baixar em diligência por não ter um resultado factível,  
289 na medida que eu vou baixar inteligência, eu não as diretrizes ainda, a gente ainda vai  
290 discutir aqui. E segundo, a empresa hoje contratada ela não tem contrato para isso, nosso  
291 termo de referência não previu isso e também a duração do contrato está encerrando.  
292 Então o que a gente trouxe, conforme colocado pelo Vinícius, dentre as atividades  
293 previstas para este plano, já está no plano de ação e essa é uma das inovações que nós  
294 trouxemos agora para os planos de bacia, que eles venham objetivos, com datas, com  
295 responsáveis, para que a possamos avançar na atualização e na definição dessas  
296 propostas de áreas de restrição. O plano tem que trazer a proposta, ele nem faz a  
297 restrição, pois ela é objeto de um outro ato normativo. Então a gente faz isso, incorpora  
298 dentro do plano de ação, para que a gente não deixe essa atividade que é extremamente  
299 relevante, para outras bacias neste Estado, o compromisso para a implementação dessas  
300 restrições”. Allan de Oliveira Mota (DPLAN/Igam): “Sim, é exatamente isso. Além do  
301 colocado pelo Presidente, esse plano ele já traz claramente a indicação da ação para tratar  
302 do tema de áreas de restrição de uso e o Plano Diretor vai muito além disso, ele tem aqui  
303 as indicações, as diretrizes e as ações para todos os instrumentos de gestão. Esse plano  
304 particularmente foi elaborado junto com os planos do Mucuri e Bacia do São Mateus, que  
305 já foram aprovados pelos seus respectivos comitês, e têm sido indicados como referência  
306 nacional de qualidade em plano diretor. Recentemente tivemos uma oficina junto à  
307 Agência Nacional de Águas, falando sobre plano diretor e enquadramento e a  
308 metodologia utilizada tem sido replicada em outros planos, assim como foi trabalhada no  
309 Paraíba do Sul, tem sido agora trabalhado na bacia do Doce e os planos vão sempre  
310 melhorando. Eu não tenho a menor dúvida de que o próximo plano aprovado vai ser ainda  
311 melhor do que esse, porque é sempre assim, as informações estão mais recentes, nós  
312 temos novas metodologias novos meios de elaborar e discutir as atividades. Então quanto  
313 à qualidade e a pertinência de se manter a aprovação e a existência de um plano diretor  
314 para essa bacia, para mim não há dúvidas. Ela perde se deixar de ter esse instrumento  
315 posto e preparado para aplicação na bacia. O tema ‘diária de restrição’ vai ser discutido  
316 não só aqui, mas como todas as bacias daqui para frente, principalmente trazendo esse  
317 normativo que vai ser discutido pelo conselho. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU):  
318 “A minha conexão hoje está prejudicada. Mas, eu gostaria de comunicar ao Doutor Valera  
319 que eu coordenei um grupo de trabalho, o grupo de trabalho fez uma proposta, uma  
320 minuta de deliberação normativa e acompanhado a isso um relatório técnico para  
321 justificar as sugestões dadas para organizar a indicação das áreas de restrição. Foi uma  
322 discussão riquíssima e agora nós estamos formatando o relatório para poder apresentar

323 na próxima reunião da Câmara Técnica e uma vez aprovado será encaminhado para o  
324 conselho para tomar formato o definitivo de deliberação. E eu estou aqui para qualquer  
325 dúvida, caso haja necessidade de esclarecimento. Eu conversei inclusive com Allan,  
326 informando que estou com problemas para fazer a formatação, e ele já disponibilizou a  
327 Diretoria, a Gerência para auxiliar. Então eu creio que na próxima reunião já vamos  
328 apresentar o formato definitivo”. Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto  
329 Guaicuy - SOS Rio das Velhas): “Eu entendi as colocações que foram feitas, é a forma de  
330 como é entendida a gestão hídrica no Estado, lembrando que faz toda a diferença quando  
331 são estabelecidas redações, faz toda a diferença e isso não pode ser comparado com que  
332 no plano de recursos hídricos, tem uma ação para se criar. Não há como se comparar.  
333 Quanto existem estabelecidas restrições, redações ou critérios para a determinadas  
334 intervenções que colocam em risco as questões hídricas, isso passa a ser efetivo naquele  
335 momento e isto é fundamental por exemplo, quando estão sendo concedidas licenças, ou  
336 autorizadas outorgas. Então, trazer com o mesmo valor o plano de ação, estabelecer a  
337 ação, criar áreas de vedação, como se isso realmente fosse equivalente, a nós temos  
338 estabelecido já às redações é equivocado, porque nós somos testemunhas como  
339 sociedade, que mesmo tendo vedações estabelecidas claramente, como tem um caso lá  
340 na bacia do Rio Piracicaba, onde diz que a montante de corpos d’água, classe especial,  
341 não podem ser autorizadas intervenções que coloquem em risco essa categoria e nós  
342 temos licenças e outorgas concedidas pela Suppri. Então o que eu estou querendo dizer  
343 só para constar, é que: num plano diretor de recursos hídricos ter uma ação de  
344 estabelecer áreas de vedações é fundamental, sim está ali colocado que faz parte do  
345 plano diretor. Isso não pode ser equiparado, que isso já nos traz segurança para essas  
346 bacias hidrográficas, objeto desse plano diretor, em relação ao período entre o agora,  
347 nesse plano diretor que vai dar as diretrizes, até a próxima revisão. Por que? Porque que  
348 nesse meio tempo, o que houver de interesses de uso e intervenções ou atividades  
349 quaisquer que sejam nessa bacia, e que se forem requeridos em áreas que deveriam ser  
350 objeto de vedação e não têm essa proteção, essas autorizações vão ser concedidas, essas  
351 licenças vão ser concedidas e no futuro, quando for fazer a revisão acontece o que está  
352 acontecendo agora, que é o Estado propondo que se reavalie o enquadramento dos  
353 cursos de água para classe especial e classe 1, porque fica difícil mantê-los nessas  
354 categorias. Então quando eu falo em inversão de ordem é isso! É só para constar porque  
355 esse é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que trata de política e a gente tem que  
356 tratar dessas questões, a meu ver com uma lógica mais adequada para o atual cenário  
357 hídrico e de mudanças climáticas que para a região Sudeste, cada vez vai ser mais  
358 catastrófica. Essa é a realidade e é isso que eu queria manifestar”. Presidente Marcelo da  
359 Fonseca: “Obrigado Conselheira. Conselheiro Sidney, a palavra está com você”.  
360 Conselheiro Sidney José da Rosa (Prefeitura de Itapeva): “É só uma curiosidade. Por que  
361 numa área de 3.477km<sup>2</sup>, conforme registrado no plano não é absorvido por nenhum  
362 comitê de bacia”? Presidente Marcelo da Fonseca: “Sidney, quando da definição das  
363 circulações hidrográficas do Estado, as antigas unidades de planejamento gestão, em

364 função das características hidrográficas, elas ficaram separadas. Inclusive nós estamos  
365 trabalhando a questão da utilização da gestão por territórios e uma das propostas é a  
366 incorporação destas áreas que compõem as bacias do Leste nas respectivas áreas  
367 vizinhas. Nós temos algumas que poderão ser incorporadas como Paraíba do Sul, do Doce,  
368 ali no São Mateus, Mucuri. Então esse trabalho está sendo feito e se não me falha a  
369 memória, o Alan pode falar sobre, alguns planos atrás e inclusive essa indicação de qual  
370 território é mais adequado para fazer essa gestão. Então o plano também traz esse  
371 assunto. Não sei se nesse específico tem, mas eu sei que em alguns outros já vem com  
372 essa indicação, para que a gente possa ter um comitê, de bacia que esteja próximo da  
373 realidade, do local e possa assumir essa competência de gerenciamento, sem a  
374 necessidade de trazer aqui para o Plenário deste conselho”. Allan de Oliveira Mota  
375 (DPLAN/Igam): “Isso mesmo Marcelo, um dos importantes encaminhamentos desse  
376 plano é justamente a indicação de qual bacia que poderia receber essas áreas que estão  
377 próximas às circunscrições hidrográficas. Além desse plano, se concluir hoje, nós já temos  
378 os planos por exemplo do Paraíba do Sul, onde o Muriaé faz essa indicação por exemplo  
379 do Itabapoana e juntar à circunscrição do PS2. Então nós já temos essas indicações e eu  
380 acho que esse plano é muito mais do que simplesmente uma definição de área de  
381 restrição de uso. Ele é importante sim para a gestão nessas bacias”. Conselheiro Sylvio  
382 Luiz Andreozzi (UFU): “Marcelo, eu queria falar uma coisa, pela boa provocação colocada  
383 pela conselheira Maria Teresa, é que o grupo de trabalho foi tecnicamente muito  
384 responsável para preparar minuta da DN. Mas, nada vai garantir que esta DN seja  
385 efetivamente aplicada, a não ser o próprio trabalho dos comitês. E uma das primeiras  
386 reuniões que nós tivemos, uma das primeiras discussões que nós tivemos, exatamente  
387 quando o GT foi criado para tratar especificamente do artigo citado pelo Dr. Valera, é que  
388 apesar de ele não está regulamentado, ele poderia já estar aplicado, porque já está  
389 previsto em lei. Então os comitês que se mobilizassem para imprimir a áreas de restrição  
390 de uso, eles poderiam ter se mobilizado para isso, mesmo que isso não estivesse incluso  
391 nos editais dos seus planos. E eles poderiam ter criado comportamentos internos, ter  
392 feriado indicações internas para gerenciar isso. Então Teresa, tem uma questão que a  
393 gente precisa começar a pensar que é primeiro, baixar a legislação simplesmente não  
394 resolve o problema, ela tem que ser cumprida, como qualquer outra legislação. Como  
395 estamos falando das águas, vamos nos restringir a isso. A segunda coisa é que, como já  
396 havia previsão legal, os comitês poderiam ter se mobilizado, apesar de não ter ainda  
397 indicação oficial, o indicador no caso seria um guia, por parte do Igam ou da Secretaria  
398 para efetivar isso. Os comitês poderiam se mobilizar para aplicação da Lei, criar os seus  
399 instrumentos internos para isso. Eu sei de toda a luta e de toda dificuldade, mas eu acho  
400 que em determinados momentos nós que trabalhamos nos comitês, somos muito  
401 passivos. Nós aguardamos demais Estado e nós podemos ser mais proativos e apresentar  
402 propostas que saíam da caixinha. Obviamente tenham fundamentação legal, mas que  
403 possam modificar algumas coisas, por exemplo uma proposição, até porque havia  
404 previsão legal, qualquer comitê poderia ter apresentado lá uma proposta de uma área

405 para inscrição de uso. Então é só um lembrete, pois esperar que a deliberação traga o  
406 melhor dos mundos, não é bem assim que vai acontecer. (2:13:19 PAREI AQUI) 2/-02-  
407 2023 Inclusive, conforme uma discussão que eu já tive com o Allan, o que vai acontecer é  
408 que isso vai ser incluído, à medida que os planos forem sendo revistos, ou à medida que  
409 os comitês queiram incluir se eles poderão fazê-lo. Não é preciso esperar revisão do plano  
410 para fazer cumprir a deliberação. Isso tudo vai depender muito de orçamento, vai  
411 depender de iniciativa política, essas coisas vão acontecer, porque é o normal. Toda vez  
412 que saiu uma nova norma nós temos que nos adaptar a ela, independentemente de onde  
413 ela. Então era só para lembrar isso e eu acho que era importante fazer essa reflexão.  
414 Obrigado Marcelo”. Túlio Bahia (Igam): “Oi boa tarde a todos a todas. Eu sou Analista  
415 ambiental da Gerencia de Planejamento de Recursos Hídricos. Cumprimento o  
416 Presidente, todos os Conselheiros. Eu gostaria de parabenizar pelo levantamento da  
417 questão por parte do Promotor Carlos Valera. As provocações da Maria Tereza, a questão  
418 das áreas de restrição de uso, desde 2015 quando o Igam foi oficiado sobre o atendimento  
419 sobre esse conteúdo legal e desde 2015 a gente trabalhou em cima disso para levantar  
420 quais seriam as tipologias de áreas sujeitas à restrição, e esse debate foi realizado no  
421 âmbito do CERH—MG, conduzido pelo professor Sylvio. Além de analista eu sou fiscal do  
422 contrato e elaboramos, além do Leste, são sete rios federais atendidos por esse plano,  
423 hoje a os planos diretores dos Rios Mucuri e São Mateus e seus respectivos  
424 enquadramentos. Então, dentro de um contato só que foi contratado em 11 de maio 2018  
425 e se encerra em setembro próximo. E conforme já mencionado pelo Vinícius, o plano  
426 centralizou nessa questão sobre o atendimento das áreas sujeitas a restrição de uso,  
427 buscou elementos e dentre eles o estudo do planejamento sistemático da conservação,  
428 foi contratado pelo IEF e atendido pela UFMG, que vai subsidiar a atualização das áreas  
429 prioritárias para conservação do Estado de Minas. Então o plano de bacia se baseou  
430 nesses estudo e em estudos acadêmicos. Por exemplo, a gente tem um déficit sobre  
431 ictiofauna, a gente não tem em nenhuma outra bacia é uma pesquisa, estudo ou artigo  
432 sobre isso. Então, quando dizemos que um plano vai para regulamentação, é porque além  
433 da regulamentação que falta no âmbito do estado, o que estamos falando sobre as áreas  
434 sujeitas à restrição de uso. Obviamente, fica fácil imaginar a gente está falando de  
435 unidade de conservação, mas, como a gente vai procedimental? Esta é uma questão que  
436 parece elementar, mas eu acho que ele ainda demanda essa regulamentação no âmbito  
437 do Conselho para obter essa diretriz para os planos. Ainda mais no caso do Leste, já  
438 abordando a pergunta do conselheiro Sidney, sobre o porquê não tem comitê de bacia.  
439 Desde 2010 as quando foi padronizada pela DN 36, por este Conselho, já falava das sete  
440 bacias de domínio da União que não e faziam PGRH (2:18:11) no Estado. Então, agora no  
441 plano de recursos hídricos do Leste trata de cada um desses sete rios. E para isso foi  
442 utilizado estudos de atração regional, do IBGE, tem um elemento balizador que uma vez  
443 integrado a essas bacias, nos respectivos Comitês, possa dar andamento na definição  
444 dessas áreas. Agora as o fim, os subsídios estão contidos nos planos. E por fim eu gostaria  
445 de mandar um abraço para o Professor Sylvio e dizer que sinto saudades dos nossos

446 debates. Obrigado Marcelo”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Túlio. Pergunto  
447 se há mais algum questionamento. Não havendo vamos passar ao processo de votação”.  
448 Conselheiro Marcos Temponi (Crea-MG): “Marcelo. Eu gostaria de fazer uma colocação e  
449 a minha fala pode ser impactante. Tremores de terra em regiões cascas. Então de abril  
450 para cá, em Sete Lagoas houve 18 tremores, fato que de pequeno porte, mas eu  
451 particularmente fico assustado com essa situação e venho conversando com profissionais  
452 como geólogos, geógrafos doutores no assunto e isso está me preocupando demais da  
453 conta. Os tremores estão acontecendo na região cástica e não somente em Sete Lagoas,  
454 mas vejo que em Sete Lagoas não existem movimentos que busquem que que está  
455 acontecendo realmente. O máximo que Prefeitura de Sete Lagoas conseguiu foi saber que  
456 confirmar por meio dos cidadãos que todos sentiram o tremor e um sismógrafo de  
457 instalado em Diamantina constatou o valor da Escala Richter. E a partir daí eles trouxeram  
458 algumas pessoas da Universidade de Brasília, que tem um centro de monitoramento,  
459 inclusive monitora Montes Claros, e instalaram acho que sete sismógrafos em Sete  
460 Lagoas. Mas, o sismógrafo na realidade serve somente para medir a intensidade do  
461 tremor. Mas, qual a causa ainda não se tem, o que está acontecendo não se fala nada a  
462 respeito disso. Então eu queria colocar aqui no Conselho, respeitosamente senhor  
463 Presidente e caríssimos colegas, colocar para vocês esse tema que diz respeito  
464 exclusivamente a recursos hídricos. Nós temos que saber a quantas andam os lençóis  
465 freáticos da região. Eu queria colocar esse tema em debate, ouvir os colegas. Como o  
466 assunto não está na pauta, talvez colocar para a próxima reunião. O que o Presidente  
467 Marcelo acha”? Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu acho que é um assunto  
468 extremamente relevante e importante. A gente pode dar sequência a esse assunto, sobre  
469 essa sua observação, como ele não está diretamente vinculado ao item abordado no  
470 momento, podemos abordá-lo nos assuntos gerais. De toda forma eu acho que já registro  
471 aqui essa observação, como extremamente pertinente, para que a gente possa avançar  
472 em discussões a respeito. Vamos passar ao processo de votação”. Após a votação o  
473 presidente leu os itens subsequentes e não foi houve destaques. Desta forma os itens 6.1  
474 e 6.2 foram votados em bloco. Item **6. Minutas de Deliberação CERH-MG para exame e**  
475 **deliberação: 6.1 Minuta de Deliberação CERH-MG que dispõe sobre a equiparação da**  
476 **Agência Peixe Vivo à Agência da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas. Processo SEI/Nº**  
477 **2240.01.0000796/2022-56. Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias**  
478 **Hidrográficas e Entidades Equiparadas - GEABE/Igam, Comitê da Bacia Hidrográfica do**  
479 **rio das Velhas - CBH SF5 e Agência Peixe Vivo. DELIBERAÇÃO APROVAD por 32 votos**  
480 **favoráveis, 2 abstenções e 7 ausentes no momento da votação. Votaram favoráveis:**  
481 **ABAS/MG; ABES/MG; Abragel; Cemig; Copasa; CRBio-04; CREA/MG; DMAE Uberlândia;**  
482 **FAEMG; FIEMG; IABr; Ibram; ICA-UFMG; Instituto Guaicuy; MOVER; Peixe-MG; Prefeitura**  
483 **de Araçuaí; Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Betim; Prefeitura de Itapeva;**  
484 **Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de Santa Bárbara; Seapa; Secult; SEE; Segov; Semad;**  
485 **Seplag; SES; Siamig; UFU e Uniube. Absteve: MPMG (justificativa: Ato 02 da Corregedoria**  
486 **Geral do MP). Ausentes no momento da votação: Angá; Prefeitura de Itabirito; Prefeitura**

487 de Rio Pomba; Prefeitura de São João do Manteninha; Prefeitura de Viçosa; SEDE; Seinfra.  
488 Item **6.2 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo**  
489 **uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos rios Mogi-**  
490 **Guaçu e Pardo, na forma da Deliberação Normativa do CBH dos Afluentes Mineiros dos**  
491 **rios Mogi-Guaçu e Pardo - GD6 - Nº 21/2022.22/08/2022 10:40 SEI/GOVMG - 51655336**  
492 **– Pauta [https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_](https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=59190101&infra...)**  
493 **web&acao\_origem=arvore\_visualizar&id\_documento=59190101&infra... 2/2 Processo**  
494 **SEI/Nº 2240.01.0005194/2022-38. Responsável: Comitê de Bacia Hidrográfica dos**  
495 **Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo - GD6 e Igam/Gerência de**  
496 **Instrumentos Econômicos de Gestão. DELIBERAÇÃO APROVAD por 32 votos favoráveis,**  
497 **2 abstenções e 7 ausentes no momento da votação. Votaram favoráveis:** ABAS/MG;  
498 ABES/MG; Abragel; Cemig; Copasa; CRBio-04; CREA/MG; DMAE Uberlândia; FAEMG;  
499 FIEMG; IABr; Ibram; ICA-UFMG; Instituto Guaicuy; MOVER; Peixe-MG; Prefeitura de  
500 Araçuaí; Prefeitura de Belo Horizonte; Prefeitura de Betim; Prefeitura de Itapeva;  
501 Prefeitura de Patrocínio; Prefeitura de Santa Bárbara; Seapa; Secult; SEE; Segov; Semad;  
502 Seplag; SES; Siamig; UFU e Uniube. **Absteve:** MPMG (justificativa: Ato 02 da Corregedoria  
503 Geral do MP). **Ausentes no momento da votação:** Angá; Prefeitura de Itabirito; Prefeitura  
504 de Rio Pomba; Prefeitura de São João do Manteninha; Prefeitura de Viçosa; SEDE; Seinfra.  
505 **7. Proposta do Marco Hídrico. Apresentação: Ministério do Desenvolvimento Regional.**  
506 **APRESENTADO.** [Apresentação realizada por Wilson Melo – MDR]. Início das discussões  
507 após a apresentação. Thiago Figueiredo Santana (Igam): “Boa tarde a todos os  
508 conselheiros, boa tarde Wilson. No ano passado nós estivemos em um encontro no  
509 Congresso Brasileiro de Recursos Hídricos, aqui em Belo Horizonte e Wilson, eu tenho  
510 duas perguntas. A primeira é relativa a uma proposição que consta na parte de  
511 infraestruturas hídricas em que o não pagamento do rateio né da manutenção da  
512 infraestrutura secas ele pode causar a com a revogação da autorização de uso. Hoje não  
513 temos, pelo menos em Minas Gerais e eu gostaria de entender, essa previsão nem para  
514 cobrança pelo uso da água e outorga que são instrumentos que a gente não tem essa  
515 vinculação direta já prevista. Isso é algo até que pode ser melhor trabalhado. A pergunta  
516 é: se você não vê que isso pode se sobrepor a uma atuação em que o rateio para  
517 infraestrutura hídrica ele sobrepõe ao custeio para manutenção da bacia hidrográfica que  
518 a cobrança? E a outra pergunta é sobre a possibilidade de ente ser delegado as funções  
519 de agências de bacia primeiro em uma concessão, ao ente privado. Eu não sei qual que é  
520 o entendimento hoje na União, mas no Estado é muito claro que a origem do recurso. A  
521 cobrança é carimbada, ele é um recurso público. A natureza pública desse dinheiro não  
522 muda, independente do ente. É claro que ainda carece de aprimoramento de  
523 regulamentação, mais como esse novo ente teria maior agilidade e menos burocracia  
524 para execução desse recurso, comparado aos entes atuais? Esse assunto está diretamente  
525 ligado à minha área e eu tenho toda essa dificuldade de execução e a Lei 8.666,  
526 independente se é o estado, se uma agência, se é uma delegatária, etc. Como é essa  
527 concessão? Eu sei que vocês vêm essa nova possibilidade de concessão vai dar essa

528 celeridade e resposta de aplicação de recursos. É isso, obrigado”. Wilson Melo (MDR): “É  
529 bom revê-lo Thiago, o encontro na BR hidro foi muito bacana mesmo, a moderação que  
530 você fez lá conosco no sobre a o Programa Águas Brasileiras. As suas perguntas são muito  
531 importantes, a primeira com relação a previsão no projeto de Lei do Marco Hídrico.  
532 Eventualmente, caso o usuário do serviço hídrico não quite as suas obrigações com  
533 relação à tarifa, a lei está prevendo a cessação do fornecimento da prestação daquele  
534 serviço. Agora é isso realmente é uma modelagem complexa, porque hoje, a dificuldade  
535 que se tem com relação à cobrança de uso de recurso hídrico, se porventura vir a não  
536 mais fornecer água e função de carência no pagamento, ela vem em função de uma não  
537 previsibilidade inclusive legal de forma bem clara, ocasionando essa dificuldade. Agora,  
538 no serviço de saneamento já tem essa previsibilidade, assim como também vai previsível  
539 isso na política de segurança e hídrica. Agora desvincular o usuário da água outorgado,  
540 que está ali recebendo uma água à qual ele foi outorgado, daquele usuário que tem seu  
541 ponto de captação numa barragem que também o leva a ser beneficiário do serviço  
542 hídrico, isso é algo realmente muito complexo. Nas discussões que nós tivemos durante  
543 a elaboração do projeto, nós nos deparamos com a necessidade de fazer estudos claros  
544 sobre como vai se operacionalizar é isso no futuro. Quando se tem grande usuário, uma  
545 indústria, isso fica mais claro, vir eventualmente a fazer essa sanção de na inadimplência  
546 não se fornecer a água. Agora para alguns usuários com uso múltiplo da água,  
547 considerando que a água é um bem essencial, a gente entende que é quase inviável cortar  
548 o fornecimento de água para uma companhia de saneamento, por exemplo, para  
549 abastecer uma cidade. Então a gente entende que a aplicação desse dispositivo na lei, vai  
550 ser muito caso a caso. O projeto São Francisco entendemos que a não um fornecimento  
551 único de água, pois em os canais de água e ao longo dos canais tem alguns usuários os  
552 quais denominamos uso despeço. Esses usuários que porventura estão ali com a sua  
553 captação no São Francisco de forma complementar a outra fonte, ou seja, fonte de água  
554 não é a única naquela infraestrutura, nesses casos entendemos que havendo  
555 inadimplência no pagamento do serviço, poderia cortar o fornecimento do serviço. Mas,  
556 para grande maioria dos serviços, assim como dos usuários, como também usuários de  
557 água outorgados que pagam a cobrança de uso de recursos, nós temos a mesma  
558 dificuldade na aplicação desse instrumento. Agora, com relação às agências de bacia,  
559 quando a gente fala de concessão administrativa é uma parceria público-privada, então a  
560 origem do recurso continua sendo pública, quem vai a arcar com o recebimento da receita  
561 pelo uso do recurso hídrico vai continuar sendo o setor público, seja a ANA, a nível  
562 Federal, sejam os órgãos gestores estaduais, a nível Estadual. Agora, havendo uma  
563 concessão administrativa de uma agência de bacia privada, o que significa isso? Significa  
564 que se fez uma licitação pública com ampla concorrência e ganhou uma empresa que se  
565 demonstrou capaz de prestar o serviço de execução dos planos de bacia e que vai gerar  
566 então um contrato entre essa empresa e o setor público. E sendo então uma parceria  
567 público-privada, a fonte de receita em que o setor público vai remunerar ou vai aplicar os  
568 recursos seria então, o recurso da cobrança pelos recursos hídricos. Então o recurso não

569 vai automaticamente para a empresa e não é ela quem arrecada. A arrecadação continua  
570 sendo pública, porém a diferença é quem é o executor. Por exemplo, está previsto no  
571 plano de bacia a eventualmente implantar uma estação hidro meteorológica. Nesse caso,  
572 o instrumento do contrato, do setor público dessa empresa vai viabilizar que essa  
573 empresa contrate, inclusive fora da lei de licitação, com toda a flexibilidade, e ganhe  
574 inclusive na economicidade, na aquisição de um equipamento e vai instalar aquele  
575 equipamento. Então uma empresa detentora de um contrato de parceria público-privada  
576 por exemplo, ela não precisa seguir além de licitações, ela assim como qualquer outra  
577 empresa privada ela tem toda a flexibilidade para contratar a custos mais baixos, claro,  
578 sem o custo administrativo, que onera bastante serviço da agência de água hoje. Então a  
579 gente espera que na modelagem, parceria público-privada, que se estabeleça indicadores  
580 e metas, inclusive financeira. Já poderia aplicar por exemplo recurso de uma ação  
581 específica do plano, desde que ela atingir aquela meta de eficiência financeira ou  
582 deficiência do ponto de vista de qualidade, ela eventualmente pode ter o ter uma  
583 remuneração adicional, como o bônus. A modelagem de uma parceria público-privado  
584 assim como já é feita em várias outras PPPs, ela vai ter que ser feita também no âmbito  
585 de uma concessão para o serviço prestado pela agência de bacia. Esperamos sim, como a  
586 gente vem observando e várias outras PPPs maior eficiência, maior economicidade, maior  
587 melhor aplicação dos recursos”. Conselheiro Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo  
588 Horizonte): “Boa tarde a todos, boa tarde Marcelo. Obrigado Wilson pela sua  
589 apresentação, pela sua disponibilidade. Eu li o PL anteriormente e foi por isso que eu à  
590 Secretária Marília que convidasse vocês para fazer essa apresentação. Eu pedi que o  
591 próprio Estado fizesse, mas ela preferiu que vocês fizessem e acertadamente eu acho que  
592 uma decisão correta. Mas, eu queria te perguntar duas coisas até porque, vivenciei  
593 recentemente esse fato. Por exemplo, no seu segundo slide, quando você coloca que o  
594 tipo de serviço que será prestado por licitação ou pro PPP, você depois coloca no segundo  
595 item que as empresas públicas, de direito privado, nos casos onde já exista o contrato  
596 terá que ter a anuência do contratante, porque já existe um contrato em vigor e você não  
597 pode renunciar o contrato mediante as cláusulas que estão expressas. Nós temos por  
598 exemplo em Ouro Preto, por isso que falei que vivenciei recentemente, que o  
599 abastecimento e saneamento de lá não estão correspondendo ao que foi contratado.  
600 Então o prefeito está procurando formas de dissolver o contrato para poder fazer o uma  
601 nova licitação ou voltar o serviço ao SAAI município. Então, a minha pergunta a você é a  
602 seguinte: essa visão foi estritamente contratual, ou seja, respeitando o direito adquirido  
603 dos contratos, mas foi simplesmente para que se resguardasse o direito estabelecido, sem  
604 que houvesse prejuízo da empresa contratada e sem que houvesse prejuízo inclusive do  
605 município contratante? Ou ainda que esse inciso foi incluído posteriormente ao projeto  
606 de lei original, ele foi uma ilusão não sei se uma emenda ou se foi uma notificação que foi  
607 feita no PL original. As outras observações, eu gostaria muito chama atenção porque toda  
608 a sua fala e toda os slides que se apresentou, inclusive a parte das infraestruturas hídricas,  
609 você fala de saneamento, mas sempre durante toda apresentação você falou no

610 abastecimento de água. O saneamento até onde eu sei, ele não é só abastecimento de  
611 água, ela é o esgotamento de água também e pela minha experiência também não que  
612 nem a gente assiste não é só em Minas Gerais, mas no Brasil todo, as infraestruturas  
613 hídricas são importante, não há dúvida, ela se faz importante em alguns lugares onde é  
614 mais difícil as soluções, o Brasil é um país muito grande, é Continental, tem suas  
615 características, mas eu não vi no PL uma alternativa que não fosse a infraestrutura hídrica,  
616 ou seja, onde estariam os investimentos? Você mostrou até na segunda apresentação o  
617 recurso Eletrobras 5,8 milhões a recuperação das bacias são precisa do Parnaíba, ou seja,  
618 nós deveríamos fazer a mesma coisa os cursos de águas, municipais e estaduais. Nós não  
619 estamos assistindo esses investimentos nesses cursos d'água. Nós temos crise hídrica por  
620 vários fatores, não só fator de usuário que também é um fator de retirada de vazão e  
621 prejuízo né da crise hídrica a nós temos também a questão de alteração climática, nós  
622 temos outorgas dadas em valor superior às necessidades. Você até colocou aqui o caso  
623 da cessão onerosa de recursos hídricos, entre usuários. Enfim, o PL visa mais a  
624 infraestrutura hídrica, mas nós não vimos aí nesse projeto a recuperação dos cursos  
625 d'água, recursos hídricos dos Estados, dos municípios, e da união, de forma mais natural,  
626 de revitalização e 'renaturalização' desses cursos d'água, na melhoria da vazão das águas  
627 desses cursos. Eu tenho muito medo de tudo que se escreve em papel, porque muitas  
628 vezes não correspondem à realidade. Então pois no caso fazendas eólicas e de fazenda  
629 fotovoltaicas, nós assistimos muitas fazendas no Nordeste principalmente, de  
630 subsistência familiar em que as empresas que adotaram a usina eólica e usina fotovoltaica  
631 eles oferecerão valores superiores. Inclusive a própria renda da subsistência para poder  
632 utilizar a área da pessoa da fazenda. E isso nós poderemos assistir também nos módulos  
633 menores, um, dois, três, quatro módulos rurais, a gente pode assistir isso também.  
634 Questiono se isso foi pensado? Muito obrigado e desculpe se eu me alonguei ou fui muito  
635 prolixo aqui". Wilson Melo (MDR): "Eduardo, eu acho que você trouxe um ponto  
636 importante em relação relacionado à política de saneamento, quando você deu esse  
637 exemplo inclusive é do contrato de concessão de Ouro Preto que você trouxe como  
638 exemplo. Eu acho que um ponto essencial da própria política de Saneamento, marco de  
639 saneamento, foi trazer essa rigidez aos contratos. Eu considero importante até para que  
640 a empresa que vai virar prestar o serviço, obviamente ela busca financiamento, recursos  
641 e para que ela tem essa garantia inclusive a longo prazo, é o contrato e assim ela tendo  
642 garantia de longo prazo ela vai estar prestando o serviço e buscar esses financiamentos.  
643 Então contrato é bastante priorizado e protegido no projeto de Lei do Marco de  
644 Saneamento, para diminuir o risco jurídico. Agora, eu sou engenheiro, não sou advogado,  
645 mas a arte de fazer um contrato tem que ser feita ao longo do processo de uma  
646 concessão, de forma que já se preveja lá nos dispositivos do contrato alguns pontos de  
647 fuga. Se eventualmente a empresa concessionária não está respeitando um padrão x de  
648 qualidade, ou ela não está respeitando o cronograma aquela já deveria estar em  
649 fornecendo água nessa região X por uma qualidade e ainda não fez. Então os contratos  
650 têm que ser construídos com uma certa inteligência para se prever positivos de fuga e

651 eventualmente e não havendo o a prestação adequada e o serviço por aquele ente  
652 privado, trazer os mecanismos para uma rescisão. Então é isso é essencial que em  
653 qualquer contrato seja ele previsto agora na política de infraestrutura, eventualmente  
654 numa concessão de uma barragem pública para sua operação ou mesmo nesse caso que  
655 a gente deu um exemplo agora e uma parceria público-privada para a exercício das  
656 atividades de agência, ele tem que ser construído de uma forma bem inteligente, de  
657 forma claro e completa. Quais são os compromissos que essa empresa tem que cumprir  
658 e não cumprindo, quais são as penalidades que são cabíveis a ela, isso é essencial numa  
659 relação contratual dessa natureza, no qual a gente vai estar o tempo todo perseguindo a  
660 eficiência e a boa qualidade da prestação do serviço. Então com relação a esses outros  
661 elementos que você trouxe, realmente o projeto focou na infraestrutura hídrica, aqui não  
662 se tem a pretensão realmente de se avançar sobre outras pautas a da temática de  
663 segurança hídrica então com relação a ações de revitalização de bacias por exemplo, a  
664 gente percebe que é um assunto muito transversal. A gente tem a possibilidade de ter a  
665 busca de recursos para aplicação de investimentos na falta de revitalização no serviço de  
666 saneamento. Por exemplo, tem experiências muito interessantes e algumas regiões. Eu  
667 acho que Minas também avançou nesta direção nas quais se prevê na tarifa de  
668 saneamento uma rubrica para que seja convertido em o investimento para a preservação  
669 de nascentes. Aqui no Distrito Federal incluiu na tarifa de saneamento que vai para um  
670 fundo e esse fundo cobre investimentos de melhoria de nascentes os mananciais em  
671 Brasília. No Balneário Camboriú, a concessionária Municipal fez a mesma coisa, criou na  
672 tarifa de saneamento uma rubrica, e essa rubrica permite a alocação de recursos para a  
673 conservação de água e solo nos Mananciais. Então existem alguns dispositivos que a gente  
674 entende que já existem não precisariam estar contidos em um projeto de lei como esse e  
675 a política de serviço de pagamento por serviço ambiental que foi instituída no passado  
676 também pode viabilizar o projeto como produtor de águas em grande escala. Então a  
677 gente percebe que o problema central que a gente vivencia hoje no país é a questão da  
678 infraestrutura hídrica. Talvez Minas Gerais seja um estado a abençoado que não tenha  
679 esse problema como um elemento central, mas em vários outros estados se não houver  
680 investimento em infraestruturas hídricas adequadas, não se tem água. Então no  
681 semiárido brasileiro a gente fala de algumas regiões do Oeste de Santa Catarina, do Oeste  
682 do Rio Grande do Sul, sem barragens em sistema adutor não tem água para  
683 desenvolvimento. É um caso talvez que a gente não enxerga tanto aplicação desse projeto  
684 em Minas Gerais, até porque tem um serviço de saneamento muito bem consolidado, que  
685 agrega a tarifa de saneamento a operação das barragens. Então esse é um elemento  
686 importante, só para contextualizar a nível Nacional, o motivo do porque a gente focou  
687 apenas em infraestrutura hídrica como você bem observou”. Conselheira Maria Teresa  
688 Corujo (Instituto Guaicuy): “Primeiro dizer que realmente pelo que foi apresentado, eu  
689 gostei da sugestão do Conselheiro Sylvio, que tenho total interface com este conselho e  
690 com a gestão e hídrica em Minas e em nossos territórios, das implicações desse projeto  
691 de lei, se concretizarem lei. Fiquei preocupada com vários aspectos e isso foi trazido pelo

692 Eduardo, de certa forma está se falando de contrato, de cláusulas, de dinheiro, de  
693 recursos, de obras, sobre um objeto que é água. Objeto no sentido do 'objeto do  
694 contrato', e tudo tratado sem considerar todas as variáveis que colocam em risco o  
695 principal objeto. De tudo isso que está apresentado nesse plano não existe tudo. Dá uma  
696 sensação de que ele estava tendo aqui assim puxa vida porque para ter reservação,  
697 questões dessa estrutura hídrica, tudo isso significa que tem que ter água. É lógico que  
698 primeiro teria que ter água. Teria que ser prioritário para o governo federal e todos que  
699 tem a possibilidade de atuar nisso, tratar a questão de garantir que haja a água. Então  
700 quando o Eduardo traz a necessidade da recuperação dos mananciais nos cursos hídricos,  
701 até para garantir que haja água chegando onde se houver estruturas para ter reservação  
702 ou qualquer outra estrutura como que foi falado. Temos que ser criativos. Sim, nós temos  
703 que ser criativos, só que a questão chave que é: haver água! Haver água nos nossos  
704 territórios, vai muito além de qualquer outra solução posterior. É isso. Então, do que  
705 adianta fazer grandes reservatórios de água nos territórios, no Brasil, se os lugares onde  
706 essa água pode chegar salvo a chuva, e essa chuva também não é mais regular, pode não  
707 cair chuva num determinado território por muito tempo, com essas alterações climáticas,  
708 e a compensação cair uma tromba d'água e o outro Território que não tem nenhuma  
709 reservação. Ou seja, eu vou querer digerir, eu vou querer ter um tempo para olhar tudo  
710 que está no slides apresentados pelo senhor Wilson, por isso eu pedi que apresentação  
711 dele seja disponibilizada junto com os documentos da pauta de hoje, para que a gente  
712 possa olhar, matutar sobre isso e porque realmente a minha primeira impressão, como  
713 conhecedora no sentido da minha trajetória como ambientalista, com a minha  
714 experiência em comitês de bacia, em tudo que eu atuo, o que me apresentou é que  
715 independente de poder serem caminhos, não é o caminho diante da situação real que nós  
716 estamos, em relação a garantia de água, tanto para as pessoas, quanto para a natureza e  
717 quanto para a economia. E quando se coloca de novo, ampliar e ingerência particular e  
718 privada nessas questões do interesse privado, ainda mais acrescentando possibilidade de  
719 envolvendo dinheiro e se não pagar os combinados nos contratos de quem está aparecer  
720 prestando aquele serviço hídrico, fica sem água. E isso tudo podendo ser  
721 operacionalizado pelo interesse privado, isso é colocar na mão de grandes interesses  
722 econômicos que inclusive fazem grandes e interferências nas questões hídricas, seja de  
723 destruição de mananciais, de recargas de água, diárias de recarga, seja na poluição dos  
724 cursos de água que ainda tem qualidade, seja o agronegócio com o agrotóxico, ou seja,  
725 colocar a possibilidade de serem esses grandes interesses econômicos no Brasil e em  
726 Minas fazendo a gerência de uma solução que está sendo vista como a melhor solução  
727 para garantir a segurança hídrica. Está invertida a ordem, não só em se tratar de tudo isso  
728 sem pensar prioritariamente em garantir ter a água, e achando que isso vai, como por  
729 milagre, que a água vai brotar e vai surgir para essas 'instalações hídricas'. E eu queria  
730 pedir ao Igam, que foi falado pelo Wilson que o programa Estadual de segurança hídrica  
731 já passou ou está passando por um processo de licitação, eu não consegui localizar aqui  
732 se eu já tomei conhecimento disso em algum momento, e peço de desculpa, mas eu

733 queria ter uma posição em que pé que está, se esse programa Estadual de Segurança  
734 Hídrica teve um termo de referência para essa licitação e eu queria pedir como  
735 conselheira do Instituto Guaicuy, que me fosse enviado o material que houver sobre esse  
736 programa Estadual de Segurança Hídrica e essa licitação. É isso”. Presidente Marcelo da  
737 Fonseca: “Ok obrigado Conselheira. Sim, o nosso Plano Mineiro de Segurança Hídrica, em  
738 convênio com MDR, ele já teve a sua licitação concluída e já tem inclusive ordem de  
739 serviço emitida, mas o que não impede obviamente de disponibilizar para a Senhora o  
740 tempo de referência e a depender da data da nossa próxima reunião e o estágio é do  
741 programa, se houver produtos eu informações já factíveis, eu já peço a consultoria para  
742 trazer também aqui, uma apresentação preliminar na próxima reunião deste conselho”.  
743 Thiago Figueiredo Santana (Igam): Eu sei o quão é delicada essa temática sessão onerosa  
744 e o Wilson reforçou muito bem essa questão da necessidade de regulamentação para  
745 estabelecer um procedimento transparente e seguro nesse processo, para ambas as  
746 partes. Mas aí eu queria só dar um testemunho, enquanto área técnica, de que isso tem  
747 algumas possibilidades já no mundo atual, eu dou um exemplo de que em 2017, um  
748 determinado usuário precisava aumentar um pouco a sua captação, por uma necessidade  
749 econômica e um determinado usuário que era de irrigação a jusante, não iria captar água.  
750 Ele não iria fazer o plantio, isso dentro de uma área de conflito, o usuário precisava dessa  
751 autorização do Estado, e isso poderia ocorrer de uma maneira totalmente irregular,  
752 descontrolada, sem a gestão pública desse recurso. Mas, ambos vieram ao Igam pedir  
753 autorização temporária, para que o usuário ‘a’ pudesse utilizar a vazão que o usuário ‘b’  
754 não fazia naquele período, que não iria plantar. Ele não tinha recursos financeiros para  
755 comprar sementes adubos etc. passando por um problema pessoal. Isso foi tudo  
756 publicado à época seguindo os ritos da administração. Então, por seis meses este usuário  
757 ‘a’, utilizou a vazão de ‘b’, sem haver transação financeira, mas que mantivesse a  
758 capacidade econômica produtiva, os empregos toda a produção regular, junto ao Estado.  
759 Isso eu acho importante, porque é algo que a gente precisava de algo mais seguro para  
760 isso talvez a sessão onerosa traga. Mas, é importante também colocar que todos os  
761 requisitos da outorga, que trabalhar com a racionalidade, que é um princípio da outorga,  
762 não se dá 100 para quem precisa de 50. Eu tenho uma capacidade de 50 eu tenho que  
763 requisitar 50 e o órgão outorgante dá só os 50. Eu não tenho que dar 100, isso é tudo  
764 avaliado tendo um processo de outorga. Então é muito importante falar com os aspectos  
765 técnicos que permeiam o processo da outorga vão se manter. Não vai ter o que a gente  
766 chama de gordura, a reserva na outorga, isso é legal, é errado. Exceto para o saneamento  
767 que tem uma particularidade que visa longo do contrato de concessão, previsão que já  
768 existe dentro o som do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Mas, os demais usos  
769 estão dentro de uma capacidade de uso e dentro de critérios de racionalidade, portanto  
770 quanto mais forte o órgão gestor for nos processos, melhor também vai ser a resposta e  
771 segurança com a sociedade até nesse conceito. Obrigado”. Presidente Marcelo da  
772 Fonseca: “Obrigado Thiago. Mais alguém tem alguma colocação? Como  
773 encaminhamentos desse item, alguns membros queriam fazer uma discussão também

774 mais propositiva, não tiveram condições de ficar, eu vou propor para a próxima reunião  
775 a discussão desse item novamente, agradeço mais uma vez a presença do Wilson pelas  
776 suas considerações, além disso foi sugerido aqui no chat a questão dos abalos sísmicos  
777 deve ser pauta da próxima reunião. Eu queria é só consultar o Marcos Temponi se  
778 podemos pode ser dessa forma, ao invés de tratarmos o tema em assuntos gerais, a gente  
779 traz de uma forma específica, para a próxima reunião”. Conselheiro Marcos Temponi  
780 (Crea-MG): “Com certeza, Presidente. Eu acho oportuno, a minha sugestão é colocar o  
781 assunto, para que todos participem e de forma até mais preparada, colocando para a  
782 próxima reunião teremos mais condições de focar no assunto. Eu agradeço”. Conselheiro  
783 Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Marcelo, desculpa, o meu é  
784 continuidade ao do Temponi, porque nós já vivendo essa situação em Montes Claros, nós  
785 tivemos abalos sísmicos lá há muito tempo e que apesar da quantificação dentro da  
786 Norma eles nunca determinaram qual é a origem desses abalos. Existem teses, inclusive  
787 a própria Unimontes desenvolve trabalhos acadêmicos nesse sentido, mas salvo melhor  
788 juízo, como diz o Thiago, eu não conheço nenhuma causa originária daqueles abalos  
789 sísmicos e agora em relação às áreas cársticas, sempre foi uma preocupação de todos os  
790 ambientalistas, há muito tempo, que a gente de certa forma chamava a atenção dos riscos  
791 que eram dos licenciamentos ambientais ou até de outorgas emitidas naquelas regiões  
792 cascas de Minas Gerais ou na área metropolitana de Belo Horizonte. E agora com essa  
793 notícia eu tenho impressão que é realmente viu Marcelo, um motivo alentador e muito  
794 pertinente de você colocar esse assunto na próxima pauta colocar esse assunto e de  
795 preferência, se você já puder antecipando a discussão que quer ver a na próxima reunião  
796 trazer dados ou informações mais objetivas daquilo que está sendo divulgado, daquilo  
797 que está sendo levantado de informação agora, eu acho que é muito importante porque  
798 área cástica é uma área muito frágil, ela já foi muito destruída em Minas Gerais e  
799 principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, por outros fins e que eu  
800 acredito que tenha uma importância muito grave por causa do lençol freático. Eu acho  
801 que a essa recarga da água que é necessária principalmente nessas regiões que o Temponi  
802 citou, Matosinhos, Cerca Grande, São José da Lapa, Sete Lagoas, enfim eu acho que seria  
803 muito importante, muito pertinente não só pauta, mas que você pode se você pudesse  
804 através Igam, trazer alguma informação mais objetiva dessas causas e consequências que  
805 podem advir desse espaço. Obrigado”. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado  
806 Eduardo. Só a título de esclarecimento, a região específica de Sete Lagoas tem desde 2015  
807 um procedimento específico para outorga, considerando as características e a situação  
808 específica do município. Então desde 2015 tem todo um processo de outorga de água  
809 subterrânea com rigor, além dos demais elas demais situações do Estado. Ressalto  
810 também que hoje nós temos algumas parcerias é com algumas expressões pesquisa que  
811 estão é estudando a região, os efeitos ali do dessa exploração de água subterrânea, mas  
812 chamo muita atenção também sobre a responsabilidade, dos usuários na utilização dos  
813 recursos hídricos da região em especial, no caso de Sete Lagoas tem o SAAE, que tem ali  
814 um volume grande de água sendo explotada para abastecimento público e que precisa

815 ter uma gestão muito eficiente. E sim, nós estaremos isso para a próxima reunião, é  
816 quanto a apresentações a gente traz a situação aqui para o Igam, mas sabemos também  
817 que isso vai além das informações que estão sob o gerenciamento do Igam, até porque  
818 não tem uma relação hoje direta e comprovada que seria é a questão da exploração de  
819 água subterrânea. Então queria também pedir aos conselheiros, em especial o CREA, as  
820 instituições de pesquisa que tem algum profissional que tem algum estudo na região, uma  
821 pesquisa que tem o interesse de trazer para apresentação na próxima reunião, que faça  
822 contato comigo ou com a Secretária Executiva, para que a gente organize essa  
823 apresentação. Vai ser uma apresentação com base técnica, não só nos achismos, muitas  
824 vezes 'ah eu acho que é isso', porque acreditamos que trazer informações técnicas  
825 qualifica as nossas discussões e as nossas proposições. Lembrando também que nós  
826 temos Câmaras Técnicas específicas que a depender da discussão que ocorrer neste  
827 Plenário, poderemos remeter para as Câmaras que tem ali um as competências  
828 específicas para a discussão. Na mesma linha, para que a gente também tenha uma  
829 discussão mais objetiva com relação ao Marco Hídrico, acredito que diversas é instituições  
830 que compõem este conselho e a sociedade de uma forma geral, já tem uma avaliação  
831 pretérita até mesmo da apresentação aqui do Wilson, eu gostaria também de convidá-los  
832 a fazer uma apresentação inicial na próxima reunião, para que a partir dessas discussões,  
833 nós já ouvimos hoje a manifestação é do MDR, outras instituições que compõem esse  
834 conselho ou mesmo que não componham, mas que tenham interesse em fazer essa  
835 apresentação, que faça contato também comigo ou com a Secretaria Executiva, para que  
836 a gente possa organizar a melhor dinâmica para a próxima reunião. Começarmos a  
837 discussão apenas com as informações apresentadas pelo Wilson hoje, eu acho que a  
838 gente pode se perder. É um tema extremamente relevante, mas com vários aspectos e  
839 quanto mais objetivos formos será melhor". Eduardo Tavares (Prefeitura de Belo  
840 Horizonte): "Marcelo, eu gostaria de fazer essa intervenção apenas para te agradecer pelo  
841 fato de você trazer o Marco temporal, porque eu quando Conselheiro ainda do Copam eu  
842 participei de licenciamentos ambientais, inclusive de empresas que tinham parte da sua  
843 área na área cástica e parte da sua área que não era da área cástica, e eu lembro que uma  
844 das condicionantes que foram colocados para a empresa foi que a perfuração dos seus  
845 poços para se abastecer, não fossem cavados na área cástica. Que fossem cavados em  
846 outra área que era uma área mais sólida uma um solo mais propício para aquele tipo de  
847 atividades. Então eu te agradeço muito por ter trazido esse o Marco temporal 2015/2014  
848 foi mais ou menos, começou a discussão em 2013 e me parece que os licenciamentos  
849 foram em 2015, mas eu gostei demais disso, eu acho muito importante para mostrar para  
850 todos os conselheiros que sete anos se transcorreram nesse tempo e que a gente teve  
851 pouca informação a respeito desta questão. Muitíssimo obrigado por ter lembrado desse  
852 Marco temporal". Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "Marcelo, sobre pautar  
853 discussão do projeto de lei, eu queria fazer uma solicitação para que a Secretaria de  
854 Estado ou o Igam apresentassem o impacto que ele trará para a legislação estadual. Não  
855 é solicitação de análise, no sentido de concordância ou não, mas discorrer sobre qual é o

856 impacto disso para a legislação e para os procedimentos que o Estado deverá adotar a  
857 partir da aprovação, pensando no texto como está apresentado. Não seria a discussão do  
858 mérito e sim a discussão do impacto previsto”. Conselheiro Sidney José da Rosa  
859 (Prefeitura de Itapeva): “Nós tivemos reunidos em Foz do Iguaçu na semana passada, foi  
860 um tema bastante debatido durante o 24º Emcop, houveram várias discussões lá, no  
861 âmbito de desce desse projeto de lei e Wilson e Marcelo, eu gostaria se fosse possível  
862 solicitar ao Fórum Mineiro de Comitês de Bacias que trouxesse para gente uma  
863 apresentação sobre as nossas preocupações, sobre as nossas demandas sobre o nosso  
864 entendimento enquanto o comitê de bacias, a respeito dessa proposição é desse projeto  
865 de lei e reforçar também a questão que o Professor Sylvio colocou, sobre o entendimento  
866 do Igam no âmbito da aprovação nos termos em que estão hoje e quais seriam os  
867 impactos disso. Quais os impactos para a gestão de recursos hídricos no Estado”.  
868 Presidente Marcelo da Fonseca: “Sidney, quanto à apresentação do Fórum, você pode  
869 ficar à vontade enquanto representante de Comitê para acioná-los para fazer  
870 apresentação aqui. Nós vamos aguardar as proposições de quem quer fazer as  
871 apresentações, para que a gente possa organizar a melhor dinâmica que da reunião. Com  
872 isso eu vou dar por encerrados os itens 7 e 8, eu queria mais uma vez o agradecer a sua  
873 disponibilidade e convidá-lo se houver disponibilidade também para a próxima reunião,  
874 mas já desde agradeço a sua apresentação, foi muito esclarecedora e trouxe informações  
875 importantes para subsidiar a discussão que ocorrerá na nossa próxima reunião, a ser  
876 marcada nos próximos dias”. Wilson Melo (MDR): “Obrigado Marcelo, obrigado a todos  
877 os conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, e na  
878 oportunidade peço que vocês tenham bastante sensibilidade na análise desse Projeto de  
879 Lei, porque a gente não pode se olhar só para o presente, a gente tem que prever o que  
880 que a gente vai ter de futuro quanto às dificuldades na gestão de recursos hídricos. E a  
881 acreditamos que conseguiu abarcar aí uma série de dispositivos importantes para a  
882 gestão de água no futuro próximo nesse Projeto de Lei”. **Item 8. Programa de**  
883 **Revitalização de Bacias em Minas Gerais. Apresentação: Ministério do**  
884 **Desenvolvimento Regional. APRESENTADO.** [Apresentação realizada por Wilson Melo –  
885 MDR]. **Item 9. Assuntos Gerais.** Presidente Marcelo da Fonseca: “Nós que agradecemos.  
886 Dando sequência, pergunto aos conselheiros se tem algum assunto geral e para além  
887 disso que já discutimos aqui ao longo da pauta”. Conselheiro Sidney Jose da Rosa  
888 (Prefeitura de Itapeva): “É só para registrar aqui, que semana passada como eu já disse  
889 você também esteve lá no Emcob, em Foz do Iguaçu, evento muito importante, eu já  
890 participei de vários Emcob e gostaria de registrar que foi um dos melhores encontros que  
891 já ocorreu nesses últimos anos. Houve debates bastante significativos para a questão da  
892 gestão de recursos hídricos no nosso país. Estiveram reunidos lá mais de 150 comitês de  
893 bacias de todo o Brasil e contamos com a sua presença a presença, da Secretário de  
894 Estado. Eu acho importante salientar esse importante evento que aconteceu em Foz do  
895 Iguaçu. Um abraço e obrigado pela oportunidade”. Presidente Marcelo da Fonseca:  
896 “Antes de encerrar, eu gostaria de registrar a presença, porque ao longo das nossas

897 discussões alguns conselheiros que não estiveram presentes durante as votações,  
898 acertaram a nossa sala, Marcelo Ávila, da Sede, Carlos Eduardo, da Seinfra, Francianny,  
899 da Prefeitura de Viçosa e José Hermano da Angá. E estiveram ausentes durante toda a  
900 reunião as Prefeitura de São João do Manteninha e de Rio Pomba. O restante esteve  
901 presente aqui em algum momento”. Item **10. Encerramento**. Não havendo mais nenhuma  
902 manifestação, o Presidente Marcelo da Fonseca declarou encerrada a 131ª Reunião  
903 Extraordinária, da qual foi lavrada esta ata.

904

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

905

906

907

---

**Marcelo da Fonseca**

908

909

Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

910

911